

DOCUMENTOS INSTRUTÓRIOS

O seu pedido deve ser instruído com os elementos abaixo indicados, em conformidade com o estabelecido em lei especial, no nº 2 do art.º 14º do RJUE e na parte I e nº 9 da parte II do anexo I da [Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril](#).

<input type="checkbox"/> 1. Documentos comprovativos de legitimidade: <ul style="list-style-type: none"><input type="checkbox"/> 1.1. Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos, ou indicação do código de acesso à certidão permanente do registo predial; quando omissos, a respetiva certidão negativa do registo predial, acompanhada da caderneta predial onde constem os correspondentes artigos matriciais. <i>Mesmo que tenha preenchido o campo “Código da Certidão Predial Permanente” deste formulário, sugere-se a junção da Certidão da Conservatória do Registo Predial (cuja validade é de seis meses), de forma a evitar atrasos na apreciação do pedido caso o código contenha lapsos no seu preenchimento.</i>
<input type="checkbox"/> 2. Planta topográfica de localização , fornecida pela CMP, com a delimitação da área objeto da operação e sua área de enquadramento. Esta planta pode ser obtida gratuitamente através dos Mapas Interativos do Porto .
<input type="checkbox"/> 3. Levantamento topográfico , sempre que haja alteração da topografia ou da implantação das construções, à escala de 1:200, ou de 1:500 no caso de loteamentos, devidamente cotado, que identifique o prédio e a respetiva área, assim como o espaço público envolvente (vias, passeios, estacionamentos, árvores e infraestruturas ou instalações aí localizadas, incluindo postes, tampas, sinalização e mobiliário urbano), conforme as normas previstas no " Manual de Recomendações e Boas Práticas na elaboração de projetos " <ul style="list-style-type: none"><input type="checkbox"/> 3.1. Levantamento topográfico (DWFx ou PDF/A vetorial georreferenciado).<input type="checkbox"/> 3.2. Levantamento topográfico editável (DXF ou SHP ou outro formato aberto equivalente), em suporte CD.<input type="checkbox"/> 3.3. Declaração de habilitação do topógrafo para elaboração do levantamento topográfico.
<input type="checkbox"/> 4. Planta de implantação , desenhada sobre o levantamento topográfico, quando este for exigível, indicando a construção e as áreas impermeabilizadas e os respetivos materiais e, quando houver alterações na via pública, planta dessas alterações. <ul style="list-style-type: none"><input type="checkbox"/> 4.1. Planta de implantação desenhada sobre o levantamento topográfico (DWFx ou PDF/A vetorial georreferenciado).<input type="checkbox"/> 4.2. Planta de implantação editável desenhada sobre o levantamento topográfico (DXF ou SHP ou outro formato aberto equivalente), em suporte CD.
<input type="checkbox"/> 5. Memória descritiva e justificativa da solução proposta, esclarecendo nomeadamente: <ul style="list-style-type: none"><input type="checkbox"/> 5.1. Área objeto do pedido<input type="checkbox"/> 5.2. Caracterização da operação urbanística<input type="checkbox"/> 5.3. Enquadramento da pretensão nos planos territoriais aplicáveis<input type="checkbox"/> 5.4. Justificação das opções técnicas e da integração urbana e paisagística da operação<input type="checkbox"/> 5.5. Indicação das condicionantes para um adequado relacionamento formal e funcional com a envolvente, incluindo com a via pública e as infraestruturas ou equipamentos aí existentes.
<input type="checkbox"/> 6. Planta à escala de 1:1.000 ou superior contendo os elementos técnicos definidores da operação urbanística, nomeadamente da modelação do terreno.
<input type="checkbox"/> 7. Termo de responsabilidade de técnico legalmente habilitado a ser autor de projeto de condicionamento acústico que ateste da conformidade da operação com o Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro <ul style="list-style-type: none"><input type="checkbox"/> 7.1. Comprovativo de inscrição em associação pública de natureza profissional e da validade do mesmo.
<input type="checkbox"/> 8. Plano de acessibilidades que apresente a rede de espaços e equipamentos acessíveis, nos termos do n.º 5 do artigo 3º do DL n.º 163/2006 de 8 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro (RJUE), apresentando a rede de espaços e equipamentos acessíveis bem como as soluções de detalhe métrico, técnico e construtivo, esclarecendo as soluções adotadas em matéria de acessibilidade a pessoas com deficiências e mobilidade condicionada com as especificações contidas no CRMP.

Informações - Gabinete do Município:

Linha Porto.: 220 100 220 - 2.ª a 6.ª feira – 9h00/19h00

Serviço de Atendimento Online / Portal do Município: <https://portaldomunicipio.cm-porto.pt>

Serviço de Atendimento Presencial: Praça General Humberto Delgado, 266, 4000-286 Porto

Horário de Inverno (outubro a maio): 2.ª,3.ª,5.ª,6.ª feira – 9h00/17h00; 4.ª feira – 9h00/20h00

Horário de Verão (junho a setembro): 2.ª a 6.ª feira – 9h00/17h00



8.1. Termo de responsabilidade do seu autor redigido em conformidade com o ponto V do Anexo III da Portaria nº 113/2015, de 22 de abril, que ateste que a execução da operação se conforma com o Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, desde que inclua tipologias do seu artigo 2.º

8.2. Comprovativo de inscrição do técnico em associação pública de natureza profissional e da validade do mesmo.

9. No âmbito do pedido de apreciação de projeto solicitado a entidade externa pelo requerente:

9.1. Comprovativo do pagamento *Infraestruturas de Portugal, S. A.* (IP, S.A.), conforme previsto no número 1 do artigo 6.º da Portaria n.º 357/2015, de 14 de outubro.

10. Justificação da não instrução do pedido com os seguintes elementos obrigatórios, ao abrigo do n.º 5 do artigo 2.º da Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril:

10.1. _____

10.2. _____

Caso o técnico responsável entenda que, em face das características da operação urbanística, poderá eventualmente ser desnecessária a apresentação de algum dos elementos atrás referidos, deverá apresentar exposição por escrito justificando essa dispensa com fundamentação de facto e de direito.

11. Outros elementos que o requerente pretenda apresentar:

11.1. _____

11.2. _____

OBSERVAÇÕES

- a) Normas e procedimentos na submissão e apreciação de projetos deverão ser consultados no "[Manual de Recomendações e Boas Práticas na elaboração de projetos](#)".
- b) Com a apresentação dos requerimentos online no Portal do Município usufrua dos benefícios (redução ou isenção do valor das taxas devidas) previstos no Artigo G/20.º do Código Regulamentar do Município do Porto.
- c) [Os formulários](#) e o [Código Regulamentar do Município do Porto](#) podem ser consultados em www.cm-porto.pt » [Portal do Município](#). Para qualquer esclarecimento poderá, ainda, contactar a Linha Porto. através do seguinte número: 220 100 220.